

CULTURA LITERÁRIA ILUMINISTA NA OBRA OS ESCRAVOS DE CASTRO ALVES: A NARRATIVA HUMANITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE

 Alisson Eugênio^{1,2}

RESUMO

A narrativa humanitária, gerada durante o Iluminismo, é uma técnica literária caracterizada pela descrição, de forma dramática, do sofrimento humano para despertar compaixão nos leitores e incentivá-los a se solidarizarem com as pessoas que dele padecem. Ao utilizá-la, os escritores identificados com ideais iluministas buscavam conquistar o apoio do seu público para combater os males que degradavam a condição humana. Com base nessa premissa, o objetivo deste artigo é mostrar: 1) que tal técnica literária é um dos elementos constitutivos da obra *Os escravos* (1883), de Castro Alves; 2) que, por isso, tal obra pode ser também interpretada como uma produção intelectual tributária do discurso sentimental da filosofia moral iluminista, sobretudo dos seus valores filantrópicos derivados do conceito de humanidade; 3) que, ao expressar esses valores, tal autor aborda a história da escravidão de maneira dispersa na referida obra, de

1 Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Minas Gerais, Brasil.

2 Professor de História na Universidade Federal de Alfenas desde 2009. Doutor em história pela Universidade de São Paulo (2008). Autor de, entre outros, *Fragmentos de liberdades: as festas religiosas das irmandades de escravos em Minas Gerais na época da Colônia* (FAOP: 2007, E-papers: 2^a ed. 2010) e *Lágrimas de sangue: a saúde dos escravos no Brasil da época de Palmares à Abolição* (Alameda: 2016). E-mail: alissoneugenio@yahoo.com.br



modo que, quando os poemas são reagrupados, eles compõem uma “narrativa” histórica versificada.

PALAVRAS-CHAVE

Iluminismo - narrativa humanitária - Castro Alves - escravidão.



ENLIGHTENMENT LITERARY CULTURE IN CASTRO ALVES' OS ESCRAVOS: THE HUMANITARIAN NARRATIVE AS A COMBAT STRATEGY

ABSTRACT

The humanitarian narrative, generated during the Enlightenment, is a literary technique characterized by the description, in dramatic form, of human suffering in order to arouse compassion in readers and encourage them to sympathize with people who suffer from it. By using it, writers identified with Enlightenment ideals sought to gain the support of their audiences to combat the evils that degraded the human condition. Based on this premise, the objective of this article is to show: 1) that this literary technique is one of the constitutive elements of Castro Alves' work *Os escravos* (1883); 2) that because of this the referred work can also be interpreted as an intellectual production tributary of the sentimental discourse of the enlightenment moral philosophy, especially its philanthropic values expressed in the concept of humanity; 3) In expressing them, this author addresses the history of slavery in a scattered manner in the aforementioned work, so that when the poems are regrouped they compose a versified historical "narrative".

KEYWORDS

Enlightenment - humanitarian narrative - Castro Alves - slavery.

Recebido em: 08/11/2024 - Aprovado em: 24/08/2025

Editoras responsáveis

Mariana Albuquerque Dantas
Melina Kleinert Perussatt



1. Esclarecimentos

Antes de iniciar, é importante apresentar alguns esclarecimentos. Este é um texto de História, e não de estudos literários. No campo historiográfico, ele se filia ao campo de estudos da história intelectual, e não do abolicionismo.

Partindo desse campo, procura revelar mais uma face da coletânea de poemas *Os escravos*³, identificando nela uma técnica literária que expressa ideais da filantropia iluminista e que, por isso, também pode ser considerada uma obra resultante, em pelo menos uma de suas faces, da influência do Iluminismo nos textos poéticos abolicionistas de Castro Alves.

Se tal autor estava consciente dessa influência, é assunto para outro artigo, porque não há espaço aqui para desenvolvê-lo. Claro que há outras influências para o referido poeta escrever seus poemas com o tom dramático com que escreveu — como Vitor Hugo (que é posterior ao Iluminismo, embora também por ele influenciado) —, o que igualmente, pela mesma razão, é assunto para outro artigo.

Enfim, trata-se de um ensaio que tenta abrir novas possibilidades de estudar, do ponto de vista da história intelectual, obras do período romântico brasileiro que abordaram a escravidão como tema central, sendo este estudo um primeiro esforço na direção dessa tentativa.

2. Introdução

No início do século XVIII, uma nova técnica literária, batizada por Thomas Laqueur⁴ de “narrativa humanitária”, começou a ser praticada para descrever o sofrimento e a morte de pessoas comuns, visando criar uma consciência moral nos leitores e clamar por sua solidariedade.

Fruto da sensibilidade das Luzes, ela é uma das suas expressões literárias mais marcantes, tendo inaugurado um novo olhar sobre as

3 Alves, s/d.

4 Laqueur, 1992, p. 239-241.

tragédias humanas e apresentando o compromisso de contribuir, como uma missão, para combatê-las, fomentando uma espécie de cruzada filantrópica destinada, conforme palavras de Diderot e D'Alembert, a "percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e a desgraça"⁵.

Sendo assim, a narrativa humanitária foi praticada, como uma estratégia literária, para expor dramaticamente à sociedade as mazelas humanas e fornecer um modelo de ação social para superá-las, de modo a criar um efeito de realidade capaz de estimular no público a compaixão pelos que sofrem.

Dessa maneira, esperava-se que as pessoas de alma sensível aderissem ao movimento ilustrado para varrer do planeta as calamidades que tanto golpes desferiam contra a felicidade humana, procurando soluções aqui mesmo, neste mundo, para resolver os problemas que tanto afigiam a humanidade⁶, e para os quais já não se tinha esperança de receber respostas vindas do Céu⁷.

O trabalho escravo foi um desses problemas. No século XVIII, aos poucos, essa forma de organização das relações sociais da produção já não era mais vista predominantemente, sobretudo nos meios intelectuais, como produto da desigualdade natural, como mostra Ehrard ao longo do seu estudo⁸.

Isso se deu porque, progressivamente, tal visão foi sendo demolida pelos iluministas, desde pelo menos a publicação da clássica obra *Do*

5 Diderot; D'Alembert, 1766, p. 285.

6 Esse conceito se tornou chave no ideário filantrópico iluminista e é definido por Diderot e D'Alembert (1766, p. 285) como "um sentimento de benevolência por todos os homens", que exorta as pessoas de "alma grande e sensível" a "percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e a desgraça".

7 Sobre os fundamentos do Iluminismo e as novas formas do pensamento e das práticas humanas ilustradas, este texto está apoiado, entre outros, em Cassirer (1994), Chaunu (1985), Gay (1977), Gusdorf (1972), Hazard (2015) e Mauzi (1969).

8 Ehrard, 1995.

espírito das leis (publicada originalmente em 1748), de Montesquieu, cujo autor afirmava que “a escravidão não é boa por sua natureza”⁹.

Tal argumento teve considerável repercussão, sendo ressoado, como mostra Davis¹⁰, em diversos textos e debates sobre o problema da escravidão. Isso desencadeou um processo de destruição dos pilares que sustentavam esse modo de trabalho, começando pelo combate à sua principal fonte de abastecimento: o tráfico. Contra ele, vários autores, sintonizados com a crítica filosófica iluminista sobre esse assunto, escreveram mostrando como essa prática comercial era desumana.

Assim, depois de os homens terem pensado, por uns 2 mil anos, “no pecado como uma espécie de escravidão”, aos poucos começaram “a pensar na escravidão como pecado”, conforme argumenta Davis¹¹.

Quando Castro Alves nasceu, em 1847, essa mudança de pensamento já havia impulsionado um conjunto de críticas, durante as Luzes. Delas, derivou uma espécie de cruzada moral, que contribuiu, aos poucos, para o desmantelamento da escravidão, começando pelo tráfico internacional que a alimentava.

Como resultado disso e de uma conjuntura favorável (formada pelo ideário revolucionário do último quarto do século XVIII) que criou as condições históricas propícias para a transformação social, tal tráfico acabou sendo abolido inicialmente nos EUA e no império inglês entre 1807 e 1808, e depois em todo o norte do Equador pelo tratado anglo-português de 1815, de acordo com Mamigonian, abrindo caminho para novas possibilidades na porção sul do continente¹².

No Brasil, o referido tráfico já havia sido formalmente proibido em 1831, mas, na prática, continuou funcionando plenamente até 1850, devido às articulações políticas das elites hegemônicas identificadas com o ideário regressista, que garantiu a governabilidade do país e o

9 Montesquieu, 2007, p. 249.

10 Davis, 1976.

11 Davis, 2001, p. 109.

12 Mamigonian, 2017.

contrabando responsável pelo deslocamento de um contingente enorme de negros trazidos forçadamente da África.

Após a proibição, de fato, da chegada de novos navios negreiros, em 1850, um intenso debate a respeito do trabalho escravo no Brasil foi ganhando força, tornando-se um tema de grande interesse nacional, com repercussão em diversos meios de expressão social, particularmente na literatura, em cujas páginas pode-se observar de que forma seus autores se posicionaram sobre tal assunto, como Castro Alves, autor da obra poética *Os escravos*, que será analisada a seguir.

3. O autor e obra

Segundo Afrânio Peixoto¹³, Antônio Frederico de Castro Alves, filho de Antônio José Alves, médico e professor, e de Clélia Brasília da Silva Castro, nasceu em Muritiba, Bahia, cidade que hoje leva o seu nome, em 14 de março de 1847. Ao que tudo indica, seu interesse pela poesia iniciou-se ainda na infância, quando estudava na Escola do Barão de Macaúbas, e consolida-se durante a sua vida universitária, primeiro na Faculdade de Direito de Recife, em 1864, e depois na Faculdade de Direito de São Paulo, onde retomou os estudos em 1868.

Foi durante esses anos que ele se revelou como poeta, e a qualidade de sua obra lhe garantiu o reconhecimento póstumo como um dos maiores expoentes do Romantismo brasileiro, especialmente da terceira geração, conhecida como condoreira, cuja característica essencial é o engajamento literário em causas sociais.

Foi o engajamento de Castro Alves na luta pela abolição da escravidão que o notabilizou como o poeta dos escravos, pois a causa pela qual ele lutou estava na ordem do dia, sobretudo em cidades nas quais os ideários republicanos e abolicionistas efervesçiam, como Recife, onde ele estudava Direito. Inclusive, ele foi um dos fundadores, nessa cidade, de uma sociedade abolicionista, em 1866, junto a Rui Barbosa, entre outros.

13 Peixoto, 1942.

Grande parte de seus poemas foi escrita em tom de denúncia, como reitera o estudo de Campos¹⁴, das crueldades derivadas do trabalho escravo e da situação geral do cativeiro, clamando por liberdade para um povo brutalmente escravizado há séculos pela voracidade dos imperativos econômicos dos impérios coloniais e, posteriormente, dos países que deles derivaram após as independências.

Esse clamor era expressado por Castro Alves com intensa dramaticidade, que, segundo Souza¹⁵, é inerente à sua obra e está presente nos 34 poemas (escritos entre 1863 a 1870) que compõem a coletânea intitulada *Os escravos*, publicada postumamente, em 1883, já que o autor faleceu em Salvador, capital da Bahia, em 1871, ano em que foi votada pelo parlamento brasileiro a Lei do Ventre Livre.

Assim, de acordo com estudos clássicos sobre a história da literatura brasileira¹⁶, essa coletânea é uma das melhores expressões da poesia de cunho social produzida no país até o período de sua publicação, porque seu conteúdo foi escrito para combater a escravidão.

Para isso, seu autor valeu-se de uma estratégia literária originada no Iluminismo, definida como narrativa humanitária, caracterizada por uma linguagem evocativa, dramática, exclamatória, hiperbólica, metafórica e fortemente marcada por um sentimentalismo, com o objetivo de ajudar a comover a opinião pública e despertar nela a compaixão pela triste condição dos escravos.

4. Hipótese e fundamentos teóricos e metodológicos

Partindo do pressuposto de que, como prática cultural, a literatura é fruto da ligação indissolúvel entre a iniciativa individual e as condições sociais¹⁷ e, como tal, expressa “as sensibilidades de uma época”¹⁸,

14 Campos, 2014, p. 48.

15 Souza, 2015.

16 Bosi, 1994; Cândido, 1975, entre outros.

17 Cândido, 2000, p. 23-24.

18 Pesavento, 2003, p 39.

neste artigo será feita uma releitura de *Os escravos*, de Castro Alves, reinterpretando seu esforço literário para comover o seu público como sendo uma narrativa humanitária: abordagem extraordinariamente minuciosa dos sofrimentos e da morte de pessoas comuns para criar uma consciência moral nos leitores e clamar por sua solidariedade, conforme definição de Thomas Laqueur¹⁹.

Como técnica narrativa, ela é filha das Luzes por apresentar uma visão filantrópica das relações humanas, tendo sido derivada da revolução sentimental, ou do afloramento das emoções, que vinha ocorrendo na Europa, particularmente na França, após o impacto da obra *Les passions de l'ame* (1649), de René Descartes.

Já como fenômeno histórico, ela é resultado do contexto caracterizado pelo que Hazard²⁰ definiu, como subtítulo da sua obra, de “crise da consciência europeia”, quando novas formas de percepção da vida social que estão na base do filantropismo iluminista começaram a se desenvolver, de acordo com o estudo de Joan Dejean²¹.

Essas novas formas de percepção estão relacionadas à emergência do sensualismo, corrente filosófica derivada de autores iluministas, como John Locke (1632-1704) e Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780).

De acordo com Ibertis²², o primeiro defendeu a ideia de que o conhecimento é derivado das sensações advindas da experiência, e o segundo levou essa ideia à sua expressão máxima, ao considerar que a experiência sensorial é a única fonte do conhecimento.

Ao enfatizarem o papel dos sentidos na construção do conhecimento, tais ideias influenciaram, além do pensamento de um modo geral, as percepções da vida cotidiana, em particular o modo de se encarrar as calamidades humanas. Entre elas, as que, durante o século XVIII, começaram a ser percebidas como situações de injustiça social, como a escravidão e o tráfico que a abastecia.

19 Laqueur, 1992.

20 Hazard, 2015.

21 Dejean, 2005.

22 Ibertis, 2023.

Essa influência se deu à medida que se passou a considerar que a forma das pessoas perceberem o mundo e a vida que nele pulsa pode ser determinada pelo estímulo dos seus sentidos.

Com isso, intui-se a possibilidade de tocar seus sentimentos por meio de imagens ou palavras que possam induzir suas percepções, uma vez que o pensamento desempenha função fundamental no modo como as emoções são manifestadas, conforme mostra Fontes²³.

Como expressão literária desse fenômeno, ao longo do referido século, floresceu uma técnica de escrita definida como narrativa humanitária, que procurou se valer do sensualismo, buscando evocar a sensibilidade para despertar comoção nos leitores sobre os temas que seus praticantes consideravam dignos de atenção humanitária.

Desse modo, durante o Iluminismo, tal técnica literária foi configurada como uma nova forma de os escritores sintonizados com o filantropismo, então em voga, exprimirem seu ativismo altruísta contra tudo que, segundo eles, afligiam a humanidade.

Isso ocorreu porque, por meio daquela nova forma de narrativa, podia-se expor os dramas da condição humana (especialmente os originados do que, nas suas óticas, passaram a ser vistos como injustiças sociais) para provocar a compaixão dos seus leitores e, consequentemente, conquistá-los para a sua “cruzada” humanitária.

Uma das razões disso é que, no mesmo período histórico, o homem consolidou a sua convicção da possibilidade de se resolver grande parte dos seus problemas por meio do avanço do conhecimento e da sua aplicação racional²⁴.

Essa convicção, que já havia sido enunciada desde o final do Renascimento e reforçada durante a revolução científica do século XVII²⁵, estimulou, junto a outros fatores históricos, a formação de uma nova sensibilidade, caracterizada pelo sentimento de compaixão em relação

23 Fontes, 2017.

24 Gusdorf, 1972.

25 Cassirer, 1994.

às vítimas dos males da humanidade e pela exigência de um conjunto de ações destinadas a mitigar os seus sofrimentos.

Imbuídos dessa compaixão, que, a partir da segunda metade do século XVIII, veio a ser um elemento fundamental de compreensão dos problemas da vida social, muitos dos escritores da época, sob o impulso do pensamento ilustrado, desenvolveram o argumento de que as sociedades deveriam mobilizar as suas forças para a construção de um mundo melhor por meio da ciência, da justiça e da solidariedade, combatendo os infortúnios da condição humana²⁶.

Expressão disso é o conceito de humanidade, "um sentimento de benevolência por todos os homens", conforme definição da *Encyclopédia* organizada por Diderot e D'Alembert²⁷, que exorta as pessoas de "alma grande e sensível" a "percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e a desgraça", entre outros males que deterioraram a condição humana.

Com isso, começa a ser consolidado um sentimento definido pela noção de benevolência, transformada em uma das bases da agenda humanitária iluminista. Esse sentimento alicerça uma nova forma de percepção da vida social, marcada pelo altruísmo, cuja narrativa humanitária é uma forma de expressão literária.

Assim, a compaixão pelos outros deixou de ser apenas um elemento da piedade religiosa para ser um fundamento da forma de se encarar as adversidades sociais, como argumenta Armesto ao longo do seu estudo dedicado à historicidade do conceito de humanidade²⁸.

Dessa maneira, conforme mostra, entre outros, Davis²⁹, os intelectuais ilustrados que assimilaram essa nova fundamentação lentamente passaram a conceber a escravidão como uma forma injusta de organização do trabalho e a colocaram, bem como o tráfico que a abastecia, na lista dos males a serem combatidos. A clássica obra de Montesquieu, *Do espírito*

26 Gay, 1977.

27 Diderot; D'Alembert, 1766, p. 285.

28 Armesto, 2004.

29 Davis, 2001.

das leis, publicada em 1748, afirma que “a escravidão não é boa por sua natureza”, por ser “tão contrária ao direito civil quanto ao direito natural”, uma vez que “todos os homens nascem iguais”³⁰.

Dessa forma, aos poucos, com as repercussões dessa obra, apareceram outros textos com a mesma finalidade, gerando uma corrente intelectual caracterizada por um filantropismo combativo, do qual a narrativa humanitária é uma expressão literária, que se avolumou e se prolongou até o século XIX.

Portanto, é nesse contexto intelectual mais amplo que se insere a obra *Os escravos*, de Castro Alves, que, a seguir, será interpretada como uma produção intelectual tributária do discurso sentimental da filosofia moral iluminista, sobretudo dos seus valores filantrópicos derivados do conceito de humanidade já apresentado, ao ser elaborada a partir da técnica literária definida como narrativa humanitária. Para sustentar essa hipótese, as proposições de Quentin Skinner³¹ serão muito úteis, porque mostra que os textos podem ser interpretados como uma forma de seus autores intervirem no mundo social, motivados por questões enfrentadas pelas sociedades nas quais atuam e almejando determinados fins.

Para isso, o intérprete precisa compreender os contextos sociais e intelectuais da produção textual que estuda. O contexto social é constituído pelo conjunto de problemas ligados ao tema abordado nos textos a serem interpretados. Já o contexto intelectual é formado pelo vocabulário conceitual, pelas categorias de pensamento, pela cultura literária e pela ideologia usada para orientar, organizar e sustentar os argumentos dos escritores.

A partir da primeira contextualização, conecta-se o assunto dos textos às questões enfrentadas pelas sociedades em que foram produzidos e às quais visavam responder. Na segunda, conectam-se as abordagens dos textos ao universo da cultura intelectual da época, que lhes fornece os dispositivos ordenadores de seus argumentos. Essas conexões permitem ao historiador compreender o porquê do surgimento do interesse

30 Montesquieu, 2007, p. 251, 254.

31 Skinner, 1996.

intelectual por determinados temas, bem como o ideário que fundamenta a maneira pela qual são abordados.

5. O contexto da abolição

Quando Castro Alves começou a escrever, em 1863, os poemas que integram a coletânea postumamente organizada e publicada, em 1883, sob o título de *Os escravos*, o tráfico de escravos no Brasil havia sido definitivamente abolido há 13 anos, depois de ter sido revigorado, na primeira metade do século XIX, por um processo histórico definido por Tomich como segunda escravidão³².

De acordo com esse autor, em territórios como o Brasil, houve uma reconfiguração geográfica e política do comércio de importação de africanos, impulsionada pela transformação estrutural da organização e pela transformação dinâmica do sistema econômico mundial, que elevou esse tipo de comércio a uma escala de enormes proporções em relação ao período em que esse sistema se encontrava estruturado nos quadros do mercantilismo³³.

Durante esse processo, enquanto milhões de africanos eram desembarcados pelos navios negreiros, as críticas à escravidão progressivamente ganhavam volume e intensidade, ao mesmo tempo em que ocorriam algumas vitórias do ponto de vista abolicionista. Entre elas, o fim do tráfico no norte do Atlântico (1807/8) e no norte do Equador (1815) e a extinção do cativeiro nas colônias inglesas (1833/4), que contribuíam para desmantelar, aos poucos, a organização do trabalho escravo que alicerçava as sociedades escravistas.

Somando-se a isso a pressão psicológica da Revolução do Haiti e a pressão política do abolicionismo inglês, de acordo com Ada Ferrer³⁴, lentamente foi-se formando uma conjuntura crítica a respeito das relações

32 Tomich, 2011.

33 Tomich, 2011, p. 83.

34 Ferrer, 2008.

de produção escravistas, que contribuiu para criar as condições históricas impulsionadoras da crise do sistema atlântico ibérico³⁵.

Desse modo, aos poucos, entre avanços e retrocessos, o próprio sistema escravista foi sendo colocado na agenda dos interesses públicos. Com isso, foi se formando, de acordo com Francisca Siqueira, “um ambiente favorável ao abolicionismo”³⁶, que ensejou, conforme as especificidades de cada sociedade, o florescimento de atitudes, como a de Castro Alves em *Os escravos*, antiescravistas.

Esse ensejo dependeu da conjuntura política em que tal ambientação ocorreu, bem como do modo como suas elites escravistas lidaram com as pressões intelectuais, diplomáticas e das vicissitudes históricas que proporcionavam eventos, internos e externos, desafiadores, como o aumento das tensões e as ameaças de revoltas no cativeiro.

No caso do Brasil, do ponto de vista prático, o processo de abolição da escravidão começa com a proibição da chegada de navios negreiros aos seus portos, em 1850, depois da lei de 1831, que, embora houvesse extinguido essa modalidade comercial de suas importações, acabou sendo ignorada pelos senhores de escravos, com o apoio de seus representantes no Parlamento, e pelos agentes do tráfico³⁷. A esse respeito, argumenta Leslie Bethell³⁸:

[...] não há dúvida, porém de que foi a súbita extensão, em junho e julho, das operações antirráfico da esquadra britânica em águas e portos brasileiros que, provocando uma crise política no Brasil, levou diretamente à aprovação de uma nova lei antirráfico e ao seu cumprimento. É perder tempo especular quando ou, mesmo, se essa lei teria sido aprovada – muito menos posta em vigor –, caso a Grã-Bretanha não tivesse intervindo decisivamente nesse momento crítico. No mínimo, pode-se dizer que a ação naval britânica

35 Berbel; Marques; Parron, 2010.

36 Siqueira, 2018, p. 50.

37 Há novas perspectivas historiográficas que redimensionam a lei de 1831, que, inicialmente, motivou a diminuição da importação de africanos escravizados pelo Brasil, como mostra, por exemplo, Rodrigues (2000). Todavia, os interessados nesse tipo de comércio articularam-se para tornar tal lei letra-morta.

38 Bethell, 1976, p. 343.

acelerou grandemente, se é que não precipitou sozinha, os derradeiros e bem-sucedidos esforços do Brasil para suprimir o tráfico negreiro.

A partir desse acontecimento, até quando Castro Alves começou a escrever poemas abolicionistas, em 1863, as elites escravistas mais uma vez articularam-se para adaptar seus interesses econômicos, sobretudo o da oferta de mão de obra, a essa situação, definida por Parron como uma “nova política da escravidão”, que “consistiu, antes do mais, em manter ou induzir, mediante ações e discursos, condições para a reprodução da instituição no tempo como meio de desenvolvimento econômico do Estado nacional”³⁹.

A estratégia utilizada foi a conciliação entre os partidos opositores para garantir a governabilidade e a acomodação dos interesses partidários, de forma a evitar tensões que pusessem em risco a estabilidade do pacto imperial e, consequentemente, a prosperidade concentrada pelas elites escravistas, derivada da forma como estavam organizadas as atividades produtivas.

No entanto, tal articulação, depois de sobreviver a algumas tensões, das quais geralmente saiu fortalecida, acabou sendo destruída. Entre outros motivos, o rompimento da articulação ocorreu pelos impasses resultantes dos conflitos políticos — principalmente em torno do trabalho escravo —, que vinham sendo amortecidos, ou neutralizados, mas sem serem eliminados, durante a conciliação da qual dependia a nova política da escravidão.

De acordo com Alfredo Bosi, essa dissidência oligárquica gerou, nos anos 1860, junto aos efeitos sistêmicos do fim do tráfico em 1850 (como a liberação de capital até então aplicado no comércio de importação de africanos e a necessidade de buscar uma nova fonte de mão de obra), um “novo liberalismo”. Conforme os termos do próprio autor, o “novo liberalismo” foi marcado por uma “nova mentalidade”, fundamentada no

39 Parron, 2011, p. 287.

“ideal civilizado do trabalho livre” e acompanhada de “um tom geral de inconformismo, uma ânsia de renovação”⁴⁰.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, os estados que ainda não tinham abolido a escravidão, como fizeram pioneiramente Pensilvânia e Massachusetts em 1780, tomaram essa mesma decisão, após a Guerra Civil, encerrada em 1865⁴¹. Isso abriu um novo horizonte para os demais países do continente, onde essa forma de organização da produção ainda vigorava, e ampliou as expectativas dos que contra ela lutava.

Desse modo, aos poucos, após uma espécie de cruzada moral, em nome dos ideais humanitários das Luzes, promovida por intelectuais iluministas, cada vez mais pessoas começavam a ver a escravidão como, conforme expressão de Joseph Miller, “uma abominação pública” que deveria ser combatida⁴².

Em relação à sociedade escravista brasileira, no âmbito intelectual, de acordo com Tâmis Parron⁴³, tal combate já vinha ocorrendo desde 1849, quando “um número razoável de publicações” passou a circular inicialmente contra o tráfico de escravos e, “por extensão, contra o futuro do cativeiro”.

Com isso, progressivamente, esse tema foi ganhando espaço na esfera pública até ser transformado em um dos assuntos mais discutidos no dia a dia, principalmente após a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis, em 1868, durante uma crise política. Segundo Alfredo Bosi⁴⁴, esse acontecimento representou o “momento agudo de um processo que, de 65 a 71, levou à Lei do Ventre Livre”.

Foi, portanto, nesse contexto, num clima político efervescente, em que o tema da escravidão começava a dividir de vez o país, que Castro Alves escreveu o conjunto de poemas reunidos posteriormente na coletânea intitulada *Os escravos*, publicada em 1883, cinco anos antes da

40 Bosi, 1995, p. 221, 233, 237.

41 Grinberg; Peabody, 2013.

42 Miller, 2012.

43 Parron, 2011, p. 288.

44 Bosi, 1995, p. 223.

abolição, quando o movimento abolicionista atingia o auge e uma onda de revoltas de escravos começava a assolar o país⁴⁵.

6. A narrativa humanitária na obra *Os escravos*, de Castro Alves

A dramaticidade é, como se sabe, uma das principais características do Romantismo, e a obra *Os escravos*, de Castro Alves, não foge a essa regra. A sua função era, como nos lembra Souza⁴⁶, “gerar piedade e/ou indignação do leitor” para, como reforça Campos⁴⁷, humanizar as vítimas do cativeiro.

A propósito, segundo Proença Filho⁴⁸, essa é a grande contribuição do referido poeta, pois “no momento em que o negro é extremamente coisificado, importa para a campanha [pela abolição] afirmar, em altos brados, a sua condição humana e contribuir assim para instalar na burguesia a culpa moral da escravidão”.

Para isso, a produção de textos que expõem histórias dramáticas, usando uma estratégia literária apropriada, como a narrativa humanitária que aborda o sofrimento humano com requintes de tragédia, como fazem versos de *Os escravos*, poderia contribuir para criar, além da piedade, uma consciência moral nos leitores e para clamar por sua solidariedade.

Ao fazer isso é que se pode interpretar tal obra como um eco literário do discurso sentimental da filosofia moral iluminista, uma vez que foi marcado pela ênfase dos sentimentos como base para a construção de laços de solidariedade social e, consequentemente, para a estruturação da felicidade coletiva.

Em outras palavras, uma vez que certa corrente do Romantismo se identifica com o Iluminismo em relação ao espírito missionário

45 Machado, 1994.

46 Souza, 2015, p. 105.

47 Campos, 2014.

48 Proença Filho, 2004, p. 164.

combativo, como mostra Mayos⁴⁹, em *Os escravos* há um legado filosófico das Luzes. Isso acontece porque Alves assumiu como missão o combate à escravização, usando uma técnica literária que expressa o sentimentalismo filosófico iluminista, ecoando a exortação de Diderot e D'Alembert na *Encyclopédie*, que convoca “as pessoas de alma sensível” a “percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e a desgraça”⁵⁰.

Dessa maneira, na obra em foco, Castro Alves, ao usar a literatura como instrumento político, se vale de ideais filantrópicas e iluministas, praticando em seus poemas a narrativa humanitária. O objetivo era promover a humanização de pessoas cujas vidas até então não importavam muito, por estarem submetidas à escravidão. Além disso, ele buscava chamar a atenção de uma sociedade cristã, tentando aflorar seus sentimentos em relação ao drama vivido no cativeiro pelos africanos e seus descendentes escravizados.

A seguir, vejamos como a narrativa humanitária tomou forma na obra *Os escravos*, de Castro Alves. Os poemas selecionados foram reposicionados de modo a adaptá-los a uma sequência descritiva, objetivando apresentá-los de acordo com o processo de conversão do africano à condição escrava e a negação a essa condição. Dessa maneira, os recortes dos versos foram agrupados em seis momentos: a justificativa da escravidão, a marcha do interior da África ao litoral, a travessia oceânica, os horrores do cativeiro, as resistências contra a escravização e, finalmente, o sonho de liberdade.

Recorte semelhante já foi elaborado por Souza⁵¹, mas com objetivo distinto, que foi o de analisar as “figurações” do negro na obra em estudo. Sem conectar as partes que compõem seu esquema classificatório, Souza o dividiu

[...] de forma esquemática em cinco lugares e, por consequência, cinco

49 Mayos, 2004.

50 Diderot; D'Alembert, 1766, p. 285.

51 Souza, 2015.

figurações possíveis do negro n’Os Escravos: 1. O negro na África antes do contato com o colonizador; 2. O negro já escravizado, marchando pelos desertos; 3. A senzala; 4. O negro imerso no que podemos chamar de “mundo colonizador”; e 5. O negro às margens⁵².

Assim, não se trata de cópia de um modelo, e sim de semelhança de método, em sendo o de Souza destinado a recuperar os lugares e as figurações do negro na referida obra. Já o meu procura recuperar o processo histórico que, dispersamente, aparece na obra, para demonstrar que, aos serem reagrupados, seus poemas “narram” uma história.

Tal narrativa é dramática e versificada em conformidade com o discurso sentimental da filosofia moral iluminista para despertar a consciência moral dos leitores e, consequentemente, estimular sua compaixão pela vida de pessoas marcadas por uma tragédia humanitária que poderia ser evitada.

De cada poema, foram selecionados trechos que expressam os elementos constituidores da narrativa humanitária.

6.1 A justificativa da escravidão

Comecemos por “Vozes D’África”. Nele, bem como nos demais que serão doravante apresentados, seu autor (fiel à tradição literária da cruzada moral iluminista destinada a narrar o sofrimento da humanidade) descreve, como um martírio, a angústia de tal continente de maneira dramática, passional e emotiva. Ele busca despertar no seu público a compaixão pelos povos africanos submetidos à escravidão e o sentimento religioso, muito comum na cultura literária romântica, para compor seu apelo emocional.

DEUS! ó Deus! Onde estás, que não respondes! Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes Embuçado nos céus? Há dois mil anos te mandei meu grito, que embalde desde então corre o infinito... Onde estás, Senhor Deus?...

52 Souza, 2015, p. 98.

[...] Não basta inda de dor, ó Deus terrível? ! ... É pois teu peito eterno, inexaurível de vingança e rancor?... E o que é que fiz, Senhor? ! Que torvo crime eu cometí jamais que assim me oprime Teu gladio vingador? ! ... Foi depois do dilúvio... Um viandante, negro, sombrio, pálido, arquejante, descia do Ararat...

E eu disse ao peregrino fulminado: "Cão! ... serás meu esposo bem-amado... Serei tua Eloá..." Desde este dia, o vento da desgraça por meus cabelos ululando passa o anátema cruel. As tribos erram do areal nas vagas, e o Nômada faminto corta as plagas no rápido corcel. Vi a ciência desertar do Egito... Vi meu povo seguir — Judeu maldito — Trilho de perdição.

Depois vi minha prole desgraçada, pelas garras d'Europa — arrebatada — Amestrado falcão !... Cristo! Embalde morreste sobre um monte... teu sangue não lavou da minha frente a mancha original. Ainda hoje são, por fado adverso, Meus filhos — alimária do universo... eu — pasto universal... Hoje em meu sangue a América se nutre: — Condor que transforma-se em abutre, ave da escravidão. Ela juntou-se ás mais... irmã traidora qual de José os vis irmãos outrora, venderam seu irmão! Basta, Senhor! de teu potente braço role através dos astros e do espaço perdão p'ra os crimes meus! ... Há dois mil anos... eu soluço um grito... Escuta o brado meu lá no infinito, meu Deus! Senhor, meu Deus!...⁵³

Logo no início da descrição poética, o continente africano, prosopeicamente, implora uma explicação divina para os seus infortúnios gerados pela escravidão: "E o que é que fiz, Senhor?! Que torvo crime eu cometí jamais que assim me oprime Teu gladio vingador?"⁵⁴.

A resposta é uma ressonância das justificativas bíblicas que um conjunto de letRADOS vinha utilizando há tempos para fundamentar o cativeiro dos africanos e seus descendentes. A esse respeito, Davis afirma: "As nações da Europa ocidental compartilhavam toda uma rede de crenças e associações de ideias que consideravam a escravidão como algo derivado da Bíblia", bem como "das obras da Antiguidade clássica e de uma experiência real com vários tipos de servidão", formando, em

53 Alves, s/d, p. 99-103.

54 Alves, s/d, p. 99.

grande medida, uma “herança cultural [que] forneceu a estrutura e definiu as questões para as polêmicas do final dos séculos XVIII e XIX”⁵⁵.

No caso do império colonial português, essa herança cultural pode ser observada, de acordo com Eugênio e Marcelino⁵⁶, desde, pelo menos, a *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, escrita por Gomes Eanes de Zurara (cronista oficial do Reino) em 1453. Um dos argumentos que ele utiliza para justificar a dominação dos povos encontrados pelos portugueses durante sua expansão no norte da África é, além da concepção aristotélica da escravidão natural, o seguinte:

E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam mouros como os outros, são porém servos deles, pelo antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição, que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam, pela qual o maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo, da qual estes descendem segundo escreve o arcebispo D. Rodrigo de Toledo⁵⁷.

Tal maldição, a partir da qual a escravização de povos africanos foi fundamentada, está narrada no Livro do Gênesis⁵⁸ (9:20-29), no qual se lê que Cam, um dos filhos de Noé, e sua descendência foram amaldiçoados por seu pai (com o castigo da servidão eterna aos seus filhos Sem e Jafet) por tê-lo desonrado ao zombar da sua embriaguez e da nudez dela consequente. Após o dilúvio, com a morte desse patriarca, a Terra foi dividida pelos seus herdeiros, cabendo a Cam e sua prole o território que conhecemos como África.

Esse enredo bíblico ressoou durante a Idade Média, sobretudo no ambiente intelectual. O arcebispo de Toledo — cujo nome mais provável foi Rodrigues Ximenes, que atuou a partir de 1237 —, foi o autor citado por Zurara e serviu para este embasar sua visão sobre a natureza amaldiçoada dos negros.

55 Davis, 2001, p. 9.

56 Eugênio; Marcelino, 2018.

57 Zurara, 1841, p. 93.

58 Bíblia, Livro do Gênesis (9:20-29),

A concepção, nos termos de Bosi, “do escravismo como resultado de uma culpa” bíblica, que procurava dar “algum sentido moral ao infortúnio de milhões e milhões de seres humanos”⁵⁹, foi assimilada por diversos letrados que abordaram o problema da escravidão nas Américas, principalmente nos territórios coloniais onde essa forma de organização da produção foi predominante, para justificá-la.

Tal justificação se deu, pelo que se depreende da leitura de Bosi⁶⁰, como uma resposta ao mal-estar teológico proporcionado pela proliferação do trabalho escravo em sociedades cristãs, que se viram confrontadas por uma situação paradoxal gerada pela prática da escravidão em configurações sociais moralmente fundamentadas no cristianismo.

As mencionadas justificativas circularam por todo o período colonial, como mostra Vainfas⁶¹, e continuaram operantes no discurso das elites do império e nos debates em torno da extinção do tráfico na década de 1840. Como testemunha, há a fala do deputado Álvares Machado:

Se quisesse ir folhear as escrituras, poderia fazer ver [...] que na maldição que o patriarca Noé lançou sobre seu filho Cam: ‘maldito Cam, seja escravo de Sem e de Jafet e sirva a Sem em suas tendas agora e para sempre’. – Ora, sendo os africanos descendentes de Cam, e sendo nós necessariamente descendentes de Sem e Jafet, está provado que pelo lado religioso o nosso direito é incontestável⁶².

Inconformada com seu destino bíblico, a África, depois de lamentar o seu infortúnio (“Hoje em meu sangue a América se nutre”) e o fato de o sacrifício de Cristo não ter lavado “a mancha original”, suplica: “Basta, Senhor! de teu potente braço role através dos astros e do espaço perdão p’ra os crimes meus!”. Ela continua: “Há dois mil anos... eu soluço um

59 Bosi, 1995, p. 258, 260.

60 Bosi, 1995.

61 Vainfas, 1988.

62 Machado, Anais da Câmara dos Deputados, 21/08/1840, p.672-673. apud Parron, 2011, p. 162.

grito...", e, por isso, ela reitera seu clamor, "escuta o brado meu lá no infinito, meu Deus! Senhor, meu Deus!..."⁶³.

Nessa passagem, Castro Alves evoca um dos sentimentos mais caros da religiosidade cristã: o perdão que, segundo o Evangelho de Mateus (6:9-13)⁶⁴, foi exortado por Jesus na oração ensinada a seus discípulos. Assim, o poeta provoca as consciências, questionando: como é possível a um cristão, no dia do juízo final, ser perdoado perante Deus, se ele não for capaz de perdoar o seu semelhante negro de uma suposta dívida/ofensa cometida pelo seu ancestral mítico na noite dos tempos bíblicos?

Trata-se de um questionamento que fazia muito sentido para uma sociedade cujos valores religiosos ainda não tinham sido arrefecidos pelo processo de dessacralização do mundo, então em curso no coração do Ocidente, e que era governada por uma monarquia que constitucionalmente amparava o catolicismo como religião oficial de Estado.

Então, foi a partir da herança cultural descrita, particularmente a originada na tradição bíblica, que sociedades cristãs europeias fundamentaram o revigoramento da escravidão e impulsionaram o tráfico que a viabilizou no Novo Mundo. Para isso, os que a ela foram submetidos passaram por um processo de conversão ao cativeiro, que começa pelo desterro, como mostram, entre outros, os estudos de Mattoso⁶⁵, Florentino⁶⁶ e Klein⁶⁷ e como está poetizada em *Os escravos*⁶⁸.

63 Alves, s/d, p. 103.

64 Bíblia, Evangelho de Mateus (6:9-13). No texto original, o perdão é solicitado para as dívidas. Porém, ao longo da formação do cristianismo, ele foi redirecionado para as ofensas e, desse modo, atravessou os séculos, dando forma à cultura cristã, particularmente na sua versão católica.

65 Mattoso, 1990.

66 Florentino, 1997.

67 Klein, 2004.

68 Alves, s/d.

6.2 A marcha do interior da África ao litoral

Ao versificar a dor derivada do desenraizamento territorial forçado pela escravidão, Castro Alves também dá voz aos próprios filhos da África como uma representação poética dos diversos momentos da sua conversão ao cativeiro. No poema “Adeus meu canto”, por exemplo, lamenta o africano, pronunciando o banzo (melancolia) que o acompanharia por muito tempo e, talvez, pelo resto da vida: “É hora da partida”⁶⁹.

Isso ocorria quando as caravanas passavam com seus comboios, recolhendo os que seriam conduzidos até o litoral numa árdua e comovente travessia a pé, presos um atrás do outro ao libambo (grossas correntes atadas ao pescoço), como relata Luis Antonio de Oliveira Mendes, conforme análise de Eugênio⁷⁰.

Assim, no mesmo poema, o poeta toma a palavra ao triste africano para narrar as impressões que, como uma marca indelével, se acumularam em sua alma durante a longa e penosa marcha rumo ao depósito de escravos que o esperava à beira do oceano: “Quando a piedosa, errante caravana, se perde nos desertos, peregrina, buscando na cidade mulçumana, do sepulcro de Deus a vasta ruína, olha o sol que se esconde na savana, pensa em Jerusalém, sempre divina, morre feliz, deixando sobre a estrada o marco miliário duma ossada”⁷¹.

Muitos ficaram pelo caminho. Tantos que nem a mais escrupulosa estatística, com a mais meticulosa exatidão, teria dado conta de registrar. As condições do percurso eram severas demais, tornado os acorrentados mais susceptíveis às diversas doenças que um trajeto fatigante e uma alimentação inadequada para suportá-lo acarretavam. A esse respeito, a *Memória...*, de Mendes, testemunha⁷²:

Ainda que na jornada diga o escravo, que está doente, que não pode prosseguir nela, ele é tido por mentiroso; Em vez de se tratar do curativo da

69 Alves, s/d, p. 112.

70 Eugênio, 2016.

71 Alves, s/d, p. 118.

72 Mendes, 1991, p. 22.

doença, que ele tenha, é espancado, para o fazerem marchar: de sorte, que metidos os escravos em o libambo, ou eles devem prosseguir na jornada, e destino, quer possam, quer não possam; ou devem perecer no libambo, como várias vezes sucede.

6.3 A travessia oceânica

Ao atingir o litoral, os sobreviventes das duras jornadas que os levaram até ali ficavam confinados nos armazéns litorâneos, nos quais outros tantos pereciam, à espera das embarcações para mais uma dolorosa travessia, representada pelos versos de Castro Alves da seguinte maneira no poema "Navios negreiros":

Estamos em pleno mar!... [...] Mas, que vejo eu ali? ! Que quadro d'amarguras!... Que funéreo cantar!... Que tétricas figuras!... Que cena infame e vil!... Meu Deus! Meu Deus! Que horror! Era um sonho dantesco!... O tombadilho, que das luzernas avermelha o brilho, em sangue a se banhar!... Tinir de ferros, estalar do açoute... Legiões de homens negros como a noite, horrendos a dançar... Negras mulheres, suspendendo as tetas, magras crianças, cujas bocas pretas, rega o sangue das mães: Outras moças... mas nuas, espantadas, no turbilhão de espectros arrastadas, em ânsia e magoas vãs! [...]

Presa nos elos de uma só cadeia, a multidão faminta cambaleia, e chora e dança e ali! E um de raiva delira, outro enlouquece, outro, que de martírios embrutece, cantando, geme e ri! [...] Senhor Deus dos desgraçados! Dizei me vós, Senhor Deus, se é loucura... se é verdade tanto horror perante os céus...

Ó mar! por que não apagas com a esponja de tuas vagas de teu manto este borrão? Astros! Noites! Tempestades! Rolai das imensidades! Varrei os mares, tufão!... [...] Quem são estes desgraçados que não encontram em vós, mais que o rir calmo da turba que excita a fúria do algoz? Quem são? Se a estrela se cala, se a vaga à pressa resvala como um cúmplice fugaz, perante a noite confusa...

Dize-o tu, severa musa, musa libérrima, audaz! São os filhos do deserto onde a terra esposa a luz, onde vive em campo aberto a tribo dos homens nus... São os guerreiros ousados que com os tigres mosqueados combatem na solidão! ...

Ontem simples, fortes, bravos... Hoje míseros escravos sem ar, sem luz, sem razão... São mulheres desgraçadas, como Agar o foi também. Que

sedentas, alquebradas, de longe, bem longe, vêm... trazendo com tibios passos, filhos e algemas nos braços, n'alma — lágrimas e fel. Como Agar sofrendo tanto que nem o leite do pranto tem que dar um Ismael... Lá nas areias infindas, das palmeiras no país, nasceram crianças lindas, viveram — moças gentis.... Passa um dia a caravana quando a virgem na cabana cisma da noite nos véus.... Adeus, ó choça do monte! Adeus! palmeiras da fonte, Adeus! amores... Adeus.... Depois, o areal extenso... Depois o oceano de pó... Depois no horizonte imenso desertos... desertos só... E a fome, o cansaço, a sede.

Ai! quanto infeliz que cede, e cai p'ra não mais s'erguer! Vaga um lugar na cadeia, mas o chacal sobre a areia acha um corpo que roer... Ontem a Serra Leoa, a guerra, a caça ao leão, o sono dormido à toa sob as tendas d'amplidão ! Hoje... o porão negro, fundo, infecto, apertado, imundo, tendo a peste por jaguar... E o sono sempre cortado pelo arranco de um finado, e o baque de um corpo ao mar. [...]. Ontem plena liberdade, a vontade por poder.... Hoje... cúmulo de maldade, nem são livres p'ra morrer.... Prende-os a mesma corrente térrea, lúgubre serpente, nas roscas da escravidão. E assim zombando da morte, dança a lúgubre coorte ao som do açoute... Irrisão!...⁷³

Esses versos são a melhor expressão da narrativa humanitária iluminista praticada por Castro Alves. A dramatização cênica deles derivada é tão chocante, para a sensibilidade de nossa época, que nós dá a sensação de que dela vai escorrer sangue. Teria a mesma impressão os leitores ou a audiência de Castro Alves? Somente uma pesquisa orientada pela teoria da recepção poderia esclarecer. Mas essa era a intenção do autor e a deste artigo é a de oferecer mais uma maneira de interpretá-la.

Entre os apelos a Deus — “Dizei me vós, Senhor Deus, se é loucura... se é verdade tanto horror perante os céus...” —, que parecia não poder atender, como se tivesse em uma cadeia de fidelidade recíproca entre Ele e Noé, que o impedia de quebrar a maldição lançada por este sobre seu filho Cam e toda sua descendência, o poeta descreve “o porão negro, fundo, infecto, apertado, imundo”, no qual “o sono [era] sempre cortado pelo arranco de um finado, e o baque de um corpo ao mar”⁷⁴.

73 Alves, s/d, p. 84-93.

74 Alves, s/d, p. 92.

Muitos não completaram a travessia e acabaram tendo como sepultura as águas do grande oceano, porque as acomodações dos porões dos navios negreiros e as condições em que ali eram transportados tornavam a viagem muito sofrida. Tanto que várias enfermidades, entre elas, o escorbuto (derivada de carência de vitamina C), causador de efeitos deletérios à saúde, grassavam fatalmente naquele ambiente, como mostra Philip Curtin⁷⁵. Robert Conrad identificou aqueles navios como “tumbeiros”⁷⁶.

6.4 *Os horrores do cativeiro*

Ao final dessa *via crucis* marítima, os mercados organizados nas cidades portuárias esperavam os sobreviventes, como o do Valongo, no Rio de Janeiro, estudado por Cláudio Honorato, de onde eram distribuídos para os mais diversos lugares que demandavam a sua força de trabalho⁷⁷.

Quando chegavam ao seu destino, uma nova vida começava; uma vida difícil, dura e repleta de adversidades, como a documentação histórica registrou, a historiografia especializada nesse tema revelou e Castro Alves⁷⁸ representou nos seus poemas abolicionistas.

Em um deles, “Canção do africano”, ele retrata o estado de espírito melancólico dos negros recém-chegados ao cativeiro, provocado pelo banzo, termo utilizado antes da consolidação da Psicologia para identificar o que hoje se conhece como depressão — uma doença silenciosa pouco compreendida e reconhecida, que muito afetava os negros submetidos ao cativeiro. Como mostra o estudo de Ana Maria Oda: “Lá na úmida senzala, sentado na estreita sala, junto ao braseiro, no chão, entoa o escravo o seu canto, e ao cantar correm-lhe em pranto, saudades de seu torrão”. O local de origem é exaltado, seguindo o padrão romântico nacionalista, como um lugar onde “todos vivem felizes, todos dançam”

75 Curtin, 1968.

76 Conrad, 1985.

77 Honorato, 2019.

78 Alves, s/d.

e “não se vende, como aqui, só por dinheiro”. Terminada a cantiga, “o escravo então foi deitar-se, pois tinha de levantar-se bem antes do sol nascer, e se tardasse, coitado, teria de ser surrado, pois escravo bastava ser”⁷⁹.

De fato, a jornada de trabalho começava bem cedo e terminava com o crepúsculo, ou até mais tarde, conforme os estudiosos da vida dos escravos⁸⁰, e diversos viajantes que percorreram o Brasil no século XIX testemunharam, como mostra Ilka Leite⁸¹. Quando alguma regra era desrespeitada, como um atraso, conforme retratado no trecho do poema reproduzido, a penalidade normalmente era um castigo, cuja severidade dependia do tipo e da recorrência da falta cometida, conforme esclarece José Goulart⁸². Muitas vezes, porém, era aplicado em casos que exigiam uma punição exemplar, como meio de disciplinar e coagir o conjunto da escravaria, segundo interpretação de Silva Lara⁸³.

Essa árdua rotina de trabalho, associada às limitações da alimentação, da moradia e do vestuário, criava sérios problemas de saúde na população escravizada, como revelam diversas pesquisas⁸⁴, razão pela qual muitos escravos encontraram precocemente a morte, conforme análise de vários trabalhos, como o de Iraci da Costa⁸⁵.

Essa realidade foi abordada da seguinte maneira no poema “Cruz na estrada”: “Caminheiro que passas pela estrada, seguindo pelo rumo do sertão, quando vires a cruz abandonada, deixa-a em paz dormir na solidão”, pois “é de um escravo humilde sepultura”, de que “foi-lhe a vida o velar da insônia atroz”, por isso “deixa-o dormir no leito de verdura, que o Senhor dentre as selvas lhe compôs”⁸⁶.

79 Oda, 2007, p. 26-27.

80 Por exemplo, Karasch, 2000, p. 143.

81 Leite, 1996.

82 Goulart, 1971.

83 Lara, 1988.

84 Como os estudos organizados no trabalho de Gomes e Pimenta (2016).

85 Costa, 2009, p. 242-251.

86 Alves, s/d, p. 47-48.

Além dessa sofrida realidade, havia outras tantas aflições, como a abordada minuciosamente no poema “Tragédia do lar”, no qual o autor, antes de narrar um trágico episódio, faz a seguinte exortação e advertência à parcela do público que ele julgava ainda não ter consciência da angustiante realidade de uma vida escravizada:

Leitor, se não tens desprezo de vir descer às senzalas, trocar tapetes e salas por um alcouce cruel, vem comigo, mas cuidado... Que o teu vestido bordado não fique no chão manchado, no chão do imundo bordel. Não venhas tu que achas triste às vezes a própria festa. Tu, grande, que nunca ouviste senão gemidos da orquestra...

Porque despertar tu’alma, em sedas adormecida, esta excrescência da vida que oculta com tanto esmero? E o coração tredo lodo, fezes d’ânfora doirada, negra serpe, que enraivada, morde a cauda, morde o dorso, e sangra às vezes piedade, e sangra às vezes remorso? [...]⁸⁷.

Após isso, ele encena uma situação, na qual o proprietário de uma africana escravizada arranca-lhe o filho dos braços para vendê-lo a um grupo de comerciantes. E é essa cena, ocorrida em uma senzala, que ele convida os leitores, na exortação reproduzida, a observar:

— Escrava, dá-me teu filho! Senhores, ide-lo ver: É forte, de uma raça bem provada, havemos tudo fazer. Assim dizia o fazendeiro, rindo, e agitava o chicote... A mãe que ouvia imóvel, pasma, doida, sem razão! À virgem santa pedia com prantos por oração; e os olhos ao ar erguia que a voz não podia, não.

— Dá-me teu filho! repetiu fremente o senhor, de sobr’olho carregado,
— Impossível ! ... Que dizes miserável? ! — Perdão, senhor! Perdão! Meu filho dorme. Inda há pouco o embalei, pobre inocente, que nem sequer presente. Que ides... — Sim, que o vou vender! — Vender? ! ... Vender meu filho? ! Senhor, por piedade, não... Vós sois bom... antes do peito me arranqueis o coração! Por piedade, matai-me! É impossível que me roubem da vida o único bem! Apenas sabe rir... é tão pequeno! Inda não sabe me chamar! ... Também senhor, vós tendes filhos... Quem não tem? Se alguém

87 Alves, s/d, p. 38-39.

quisesse os vender Havíeis muito chorar, Havíeis muito gemer, diríeis a rir
— Perdão? ! Deixai meu filho... arrancai-me antes a alma e o coração! [...]⁸⁸.

No desfecho do poema, o clamor da escrava foi ignorado e sua criança foi vendida. Essa situação era muito comum, o que dificultava a formação e manutenção da família escrava, sobretudo quando morria o senhor, e sua herança — entre ela, os seus escravos — era partilhada.

No entanto, isso não a impedia de ser constituída e mantida, principalmente em propriedades nas quais os plantéis de escravos estavam consolidados e em determinadas conjunturas históricas, como após a extinção do tráfico de importação de africanos, quando a estabilidade familiar foi fundamental para a reprodução natural ajudar a suprir a demanda de mão de obra enquanto durou a escravidão⁸⁹.

Mas o que interessa, para o objetivo deste artigo, é identificar a mobilização do vocabulário dramático para a composição de uma narrativa humanitária que procura despertar a consciência moral de leitores.

Ao fazê-lo, o poeta cria uma cena forte, composta por um acontecimento trágico, utilizando a emblemática simbologia da cruz (escrita com a inicial maiúscula) para tocar não somente a consciência, mas também o coração, adaptando o discurso da sentimental filosofia moral iluminista ao quadro dos valores religiosos de uma sociedade cristã.

Se as crianças eram, muitas vezes, vendidas, os idosos outras tantas eram abandonados depois de serem considerados inúteis para o trabalho. E, assim, geralmente, quando não encontravam ajuda, acabavam seus dias, como Castro Alves retrata de forma trágica nos versos de “Antítese”:

Tudo é deserto... somente à praça em meio se agita, dúvida forma que palpita, se estorce em rouco estertor. — Espécie de cão sem dono, desprezado na agonia, larva da noite sombria, mescla de trevas e horror. É ele o escravo maldito, o velho desamparado, bem como o cedro lascado, bem como o cedro no chão. Tem por leito de agonias as lájeas do pavimento, e como

88 Alves, s/d, p. 40 - 42.

89 Gutman, 1976; Florentino; Góes, 1997.

único lamento passa rugindo o tufão. Chorai, orvalhos da noite, soluçai, ventos errantes. Astros da noite brilhantes sede os círios do infeliz! Que o cadáver insepulto, nas praças abandonado, é um verbo de luz, um brado que a liberdade prediz⁹⁰.

Diante desses descalabros, o poeta, como um devoto desesperado diante do altar, implora no poema "Súplica": "Senhor Deus compaixão!"⁹¹. Essa atitude ascética, na verdade, não estava voltada apenas para o céu, e sim, alegoricamente, para todos os cristãos, dignos da salvação, para que se apiedassem da situação dos indivíduos convertidos à escravidão, que, para pessoas como ele, já não poderia ser mais tolerada, principalmente sob o manto da religião.

6.5 As resistências contra a escravidão

Não era apenas em nome do sentimento religioso que a sociedade, oficialmente cristã na sua devoção, deveria, na visão dele, abolir o trabalho escravo. Muitos dos que estavam submetidos à escravidão se rebelaram contra a sua condição, ameaçando a frágil estabilidade social e colocando em risco a vida de um modo geral, tal como foi advertido nos versos de "Bandido negro":

Trema o céu... ó ruína! Ó desgraça! Porque o negro bandido é quem passa, porque o negro bandido bradou: Cai, orvalho de sangue escravo, cai, orvalho, na face do algoz. Cresce, cresce, seara vermelha, cresce, cresce, vingança feroz. Dorme o raio na negra tormenta... somos negros... o raio fermenta, nesses peitos cobertos de horror. Lança o grito da livre coorte, lança, ó vento, pampeiro de morte, esse guante de ferro ao senhor. [...] E o senhor que na festa descanta, pare o braço que a taça elevanta, coroada de flores azuis. E murmure, julgando-se em sonhos: "Que demônios são estes medonhos, que lá passam famintos e nus?" [...] Somos nós, meu senhor, mas não tremas, nós quebramos as nossas algemas, pra pedir-te as esposas ou mães. Este é o filho do ancião que mataste. Este – irmão da mulher que manchaste... Oh! não tremas, senhor, são teus cães. [...] São

90 Alves, s/d, p. 62-63.

91 Alves, s/d, p. 66.

teus cães, que tem frio e fome, que há dez séculos a sede consome... Quero um vasto banquete feroz...⁹²

Tal poema lembra que os indivíduos submetidos ao cativeiro não foram figuras passivas. Segundo Guimarães⁹³, a negação da ordem escravista era inerente ao ser escravo, que, frequentemente resistia a ela, como indicam, por exemplo, Palmares e a quantidade de enclaves quilombolas por esse pesquisador mapeada no território mineiro setecentista, ou as diversas revoltas ocorridas pelo país, como as dos Malês em 1835, na Bahia, considerada por alguns estudiosos como uma jihad islâmica⁹⁴.

Quando não a negavam, também não se pode dizer que a aceitavam incondicionalmente, porque, em certos padrões de relacionamento entre senhores e escravos, era possível a negociação entre ambas as partes, de acordo com Reis e Silva⁹⁵. Sobretudo no que se refere à busca, por parte daqueles indivíduos, de espaços de autonomia e fatias de tempo que lhes permitiam gozar de alguns fragmentos de liberdade, como as festas das irmandades religiosas por eles construídas e frequentadas, nos intervalos das jornadas de trabalho⁹⁶.

6.6 *O sonho de liberdade*

Se, até aqui, Castro Alves apela ao público em geral, buscando conquistar seu apoio à causa abolicionista, tentando despertar nele a compaixão por meio da narrativa humanitária e, para isso, explorando o seu sentimento religioso, com o objetivo de produzir nele uma consciência moral, no próximo poema, “O século”, seu apelo tem uma direção mais objetiva em relação a quem deseja exortar.

92 Alves, s/d, p. 48-51.

93 Guimarães, 1988.

94 Silva, 2003.

95 Reis; Silva, 1989.

96 Eugênio, 2010.

Dessa vez, ele apela para aqueles cujas coragem e inclinação política pudesse impelir seus corações a se alistarem no movimento em prol da abolição e, assim, abraçarem uma causa libertária clamada pela civilização e humanidade.

O século é grande... No espaço há um drama de treva e luz! Como Cristo — a liberdade sangra no poste da Cruz. [...]

Ante esse escuro problema há muito irônico rir... p'ra nós o vento da esperança traz o pôlen do porvir. E enquanto o ceticismo mergulha os olhos no abismo, que a seus pés raivando tem; rasga o moço os nevoeiros, p'ra dos morros altaneiros, ver o sol que irrompe além.

Toda noite — tem auroras, raios — toda a escuridão. Moços, creiamos, não tarda a aurora da redenção! Gemer — é esperar um canto... Chorar — aguardar que o pranto faça-se estrela nos céus! O mundo é o nauta nas vagas... Terá do oceano as plagas, se existe justiça e Deus.

No entanto ainda há muita noite no mapa da criação! Sangra o abutre — tirano muito cadáver — nação! [...] O quadro é negro. Que os fracos recuem cheios de horror. A nós, herdeiros dos Gracos, traz a desgraça — valor! Lutai... Há uma lei sublime que diz: À sombra do crime há de a vingança marchar! Não ouvis do Norte um grito, que bate aos pés do infinito, que vai Franklin despertar? [...]

É o grito dos Ousados que brada aos moços — de pé! É o sol das liberdades que espera por Josué! ... São bocas de mil escravos que se transformaram em bravos ao cinzel da abolição. É a voz dos libertadores: Reptis que saltam condores ao tropetar n'amplidão!... [...]

E vós, arcas do futuro, crisalidas de porvir! Quando o vosso braço ousado legislações construir, levantai um templo novo, porém não que esmague o povo, mas lhe seja o pedestal. [...]

Quebre-se o cetro do Papa, faça-se dele — uma Cruz! A purpura sirva ao povo p'ra cobrir os ombros nus! Que aos gritos do Niágara — Sem escravos — Guanabara se eleve ao fulgor dos sóis! Banhe-se em luz os prostíbulos! E das lascas dos patíbulos erga-se a estatua aos heróis!⁹⁷

Dessa maneira, poeticamente exaltada, Castro Alves apela para a parte mais crítica e politizada do seu público, tentando mobilizá-lo para o engajamento no movimento abolicionista que então começava a se

97 Alves, s/d, p. 15-19.

animar, enquanto as elites econômicas e seus representantes políticos aprofundavam o seu desentendimento não somente sobre o destino da escravidão no país, mas também sobre a própria nação.

Assim, começava a raiar no horizonte das expectativas nacionais, por parte de setores da sociedade descontentes com os rumos da monarquia brasileira, um vislumbre de mudança política com o alvorecer do movimento republicano, que ajudou a criar a situação histórica que favoreceu contestações mais radicais, como o abolicionismo.

Considerações finais

Castro Alves foi um dos ativistas mais atuantes na luta pela abolição da escravidão. Tanto que foi um dos fundadores, no Recife, de uma sociedade abolicionista em 1866. Além disso, dedicou muitos poemas à causa abolicionista (que ele lia em diversos espaços, inclusive o público, e que circularam em variados periódicos), reunidos na coletânea *Os escravos*⁹⁸.

Quando os poemas da coletânea *Os escravos* foram escritos (1863 a 1870), o sistema escravista no Brasil estava sendo progressivamente colocado na agenda dos interesses públicos, em decorrência da criação de uma conjuntura caracterizada por Siqueira como “um ambiente favorável ao abolicionismo”⁹⁹.

Esse ambiente ensejou o florescimento de atitudes críticas, que sedimentaram ações cada vez mais incisivas contra a escravidão, como a referida coletânea, que versa poética e dramaticamente os sofrimentos dos africanos e seus descendentes submetidos à escravidão.

Assim, seus versos, ao serem reagrupados, “narram” uma história para despertar a consciência moral dos leitores e, consequentemente, estimular sua compaixão pela vida de pessoas marcadas por uma tragédia humanitária que poderia ter sido evitada. Dessa forma, a tragédia da

98 Alves, s/d.

99 Siqueira, 2018, p. 50.

escravidão havia se tornado um tema candente na opinião pública e estava sendo cada vez mais questionada.

Diante disso, tais poemas foram uma das formas encontradas pelo seu autor para contribuir com a promoção da causa da abolição, revelando que ele, como procurei mostrar, usou uma técnica literária definida por Thomas Laqueur como narrativa humanitária. O seu objetivo era convencer o público a apoiar a referida causa, ao tentar comovê-lo, mostrando-lhe, poeticamente, como a escravidão era injusta, perversa e atroz.

Ao fazer isso, o poeta, fiel aos valores culturais que configuraram o Romantismo, apelou para o sentimento religioso cristão, invocando Deus como forma de incitar a compaixão dos seus leitores para as aflições e a morte dos africanos e seus descendentes submetidos ao cativeiro, esforçando-se para despertar neles uma consciência moral que os fizessem perceber a escravidão como uma instituição moralmente abominável.

Dessa forma, seus poemas abolicionistas podem ser, portanto, considerados um exemplo de como escritores da época do Romantismo, engajados em uma causa como se fosse uma missão, poderiam ter sido influenciados pelo discurso sentimental da filosofia moral iluminista. Eles foram escritos com a organização sistematizada de um vocabulário que evocava dramaticidade e comoção, estruturando uma linguagem persuasiva capaz de criar, a partir do sentimento humanitário, um elo de solidariedade entre os leitores e o sofrimento de pessoas alheias à sua realidade social.

Eis, afinal, a conclusão deste estudo, cujo objetivo foi utilizar uma nova abordagem, aplicando uma noção conceitual conhecida como narrativa humanitária aos estudos sobre *Os escravos*, de Castro Alves, para tentar contribuir com a possibilidade de abertura de novas pesquisas sobre sua poesia abolicionista.

Referências

- ALVES, Castro. *Os escravos*. São Paulo: Galex, s/d. (Coleção Clássicos da Literatura).
- ARMESTO, Felipe Fernandez. *Do you think you're human: a brief history of humankind*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

- BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos para o Brasil. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BÍBLIA. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CAMPOS, Everton Luís Matos de. A humanização da "coisa" em Os escravos, de Castro Alves. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CANDIDO, Antonio. A formação da literatura brasileira. São Paulo: Itatiaia, 1975. v. 2.
- CASSIRER, Ernest. A filosofia do Iluminismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- CHAUNU, Pierre. A civilização da Europa das Luzes. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. v. 1.
- CONRAD, Robert E. Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Iraci del Nero da. Análise da morbidade nas Gerais. In: LUNA, Francisco Vidal et al. Escravismo em São Paulo e em Minas Gerais. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2009. p. 242-251.
- CURTIN, Philip D. Epidemiology and the slave trade. *Political Science Quarterly*, [s. l.], n. 83, p. 190-216, 1968.
- DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAVIS, David Brion. The problem of slavery in the age of revolution (1770-1823). New York: Ithaca, 1976.
- DEJEAN, Joan. Antigos e modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean. Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, desarts et métiers. 2. ed. Lucques: Chez Vicent Giuntini, 1766. Tomo VIII.
- EHRARD, Jean. L'esclavage devant la conscience morale dès lumière française.

In: LES ABOLITIONS de l'esclavage. Vincennes: Presses Universitaires de Vincennes, 1995.

EUGÊNIO, Alisson. Fragmentos de liberdades: as festas das irmandades religiosas de escravos em Minas Gerais na época da Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2010.

EUGÊNIO, Alisson. Lágrimas de sangue: a saúde dos escravos no Brasil da época de Palmares à Abolição. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

EUGÊNIO, Alisson; MARCELINO, Maria Lúcia de C. A chegada portuguesa à Costa Ocidental Africana e a imagem dos negros segundo a crônica de Gomes Eanes de Zurara (1453). Afro-Ásia, Salvador, n. 57, p. 103-121, 2018.

FERRER, Ada. Cuban Slavery and Atlantic Antislavery. Review, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 267-296, 2008.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONTES, Mario A. S. A expressão de emoções: propostas teóricas e questionamentos. Revista Intercâmbio, São Paulo, v. XXXVI, p. 26-38, 2017.

GAY, Peter. The enlightenment. New York: W. W. Norton, 1977.

GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia Salgado (org.). Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil. Rio de Janeiro: Outras Letras/CNPq, 2016.

GOULART, José Alípio. Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1971.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. Escravidão e liberdade no Atlântico britânico e nos Estados Unidos. In: GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. Escravidão e liberdade nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 45-66.

GUIMARÃES, Carlos Magno. A negação da ordem escravista. São Paulo: Ícone, 1988.

GUSDORF, Georges. Dieu, la nature, l'homme au siècle des lumières. Paris: Payot, 1972.

GUTMAN, Herbert. The black family in slavery and freedom, 1750-1925. New York: Vintage, 1976.

HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: o mercado de almas da praça carioca. Curitiba: Appris, 2019.

IBERTIS, Carlota. Condillac, em busca do princípio: ligação de ideias ou prazer? Dois Pontos, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 37-50, 2023.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KLEIN, Hebert. O tráfico de escravos no Atlântico. Ribeirão Preto: Funpec, 2004.

LAQUEUR, Thomas W. Corpos, detalhes e narrativas humanitárias. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 239-277.

LARA, Silva Hunold. Campos da violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmisa. Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAUZI, Robert. L'idée du bombeur au XVIII siècle. Paris: Librairie Armand Colin, 1969.

MAYOS, Gonçal. Ilustración y Romanticismo: introducción a la polémica entre Kant y Herder. Barcelona: Editorial Herder, 2004.

MENDES, Luis Antonio de Oliveira. Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil. In: Memórias econômicas da Academia Real de Ciéncia de Lisboa. Tomo IV. Direção José Luis Cardoso, Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

MILLER, Joseph. A abolição como discurso de apreensão cívica: escravidão como abominação pública. In: XAVIER, Regina Célia Lima. Escravidão e liberdade. São Paulo: Alameda, 2012. p. 19-67.

MONTESQUIEU. Do espírito das leis. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ODA, Ana Maria G. R. O banzo e outros males: o páticos dos negros na memória de Oliveira Mendes. Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental,

[s. l.], v. 10, n. 2, p. 346-361, 2007.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEIXOTO, Afrânio. Castro Alves: o poeta e o poema. 2. Ed. São Paulo: Cia Nacional, 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como um texto: leituras da História e da Literatura. *Revista História da Educação*, Pelotas, n. 14, p. 31-45, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

SILVA, Alberto da Costa e. Sobre a Rebelião de 1835 na Bahia. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaios sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIQUEIRA, Francisca Pereira. Abolicionismo inglês e francês (1787-1833) em perspectiva comparada. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 35-64, 2018.

SOUZA, Caio Cesar Esteves de. A escravidão em Os escravos de Castro Alves. In: FERREIRA, Antonio Manuel; BRASETE, Maria Fernanda. *Pelos mares da língua portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015. v. 2, p. 95-118.

TOMICH, Dale W. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista colonial. Petrópolis: Vozes, 1988.

ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica do descobrimento e conquista da Guiné. Organização de Visconde de Santarém. Paris: J. P. Aillaud, 1841.